

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL NO PROJETO EDUCACIONAL
BRASILEIRO**

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2012

GABRIEL ANTONIO DOS SANTOS

**A INFLUÊNCIA POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL NO PROJETO EDUCACIONAL
BRASILEIRO**

Monografia apresentada como requisito parcial à obtenção do título de especialista em Sociologia Política. Curso de especialização em Sociologia Política do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Federal do Paraná, turma 2011.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Roberto Neves Costa

CURITIBA

2012

RESUMO

Esse trabalho aborda a questão da influência política do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. Tendo por objetivo, detectar a conseqüência da atuação do Banco Mundial na educação do Brasil. Pois, nitidamente nem sempre as discussões acerca da educação brasileira se detêm a um olhar atento sobre as relações internacionais e condicionalidades de empréstimos para o financiamento educacional. Desta forma, se faz de eminente importância abordar a educação brasileira em sua espinha dorsal, isto é, visualizar o nosso sistema de educação, a partir, do estudo da intervenção política do Banco Mundial nos países de Terceiro Mundo, via lógica econômica. Assim como, do entendimento do caráter capitalista liberal da agenda do Banco Mundial. Ademais, da visualização lógica do financiamento educacional, pautado pelas diretrizes do próprio Banco. Desta forma, será possível compreender o impacto negativo do Banco Mundial na política educacional brasileira.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	4
1. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL, AMÉRICA LATINA E BRASIL.....	6
1.1 A organização política do Banco Mundial.....	6
1.2 A política do Banco Mundial na América Latina.....	8
1.3 O Banco Mundial no contexto brasileiro.....	10
2. BANCO MUNDIAL, POLÍTICA SOCIAL E EDUCACIONAL.....	13
2.1 A política social na agenda do Banco Mundial.....	13
2.2 O Banco Mundial e o setor educacional.....	15
2.3 A reforma descentralizada dos serviços educacionais propostas pelo Banco Mundial.....	18
3. A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA.....	21
3.1 A política de financiamento do Banco Mundial e a educação brasileira	21
3.2 A educação brasileira implementada por um Estado a serviço do Banco Mundial.....	23
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	27

INTRODUÇÃO

O caráter estratégico dos agentes financeiros do Banco Mundial executado na estrutura das políticas sociais, sobretudo, a educacional vigente, precisa de uma eminente atenção. Dado que, diversos são os questionamentos direcionados ao decorrer histórico da educação brasileira, inclusive, a atual fase educacional que se vivência.

A educação no Brasil se constitui por um cenário de políticas educativas provenientes de relações internacionais. Diante dessas relações, será apresentando nesse trabalho, as linhas de atuação do Banco Mundial no setor educacional brasileiro, colocando em ênfase, o processo de empréstimos concedidos aos países com eminente colapso econômico, assim como, demonstrar a intervenção exercida diretamente pelo Banco Mundial na formulação da política interna e influencia no cenário legislativo dos países devedores. De forma, a estabelecer objetivos além da esfera econômica na América Latina, inclusive no Brasil. Esse contexto de intervenção política do Banco Mundial, através da lógica econômica, merece toda nossa atenção através das considerações de André Borges, Maria Clara Couto e Rosana Evangelista Cruz, contidas no primeiro capítulo desse trabalho. O segundo capítulo por meio de André Borges, José Luis Coraggio, Rosana Evangelista Cruz e Rosa Maria Torres, irá corroborar o caráter capitalista liberal na agenda da política social, por meio de um modelo econômico perpetuado na educação e pautado numa reforma descentralizada dos serviços educacionais.

As pesquisas de Livia de Tommasi, Marília Fonseca, Rosana Evangelista Cruz e Maria Abadia da Silva, demonstram que a atuação do Banco Mundial na conjuntura educacional brasileira, se iniciou através de efetivo financiamento a Educação, sendo este, pautado por princípios e diretrizes estabelecidos pelo próprio Banco, que por sua vez, colocou o Estado a seu serviço, diminuindo o papel do Estado com a Educação.

O cenário das delineações sobre a atuação do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro é diverso, porém, diante da possibilidade teórica apresentada pelos pesquisadores estudados, finalizaremos sob a espinha dorsal da crise no sistema educacional brasileiro. Sendo essa crise, provocada pelas condicionalidades

estabelecidas pelo Banco Mundial para a concessão de empréstimos a educação brasileira.

1. A ORGANIZAÇÃO POLÍTICA DO BANCO MUNDIAL, AMÉRICA LATINA E BRASIL

A agenda do Banco Mundial executa uma eminente influência em direção as reformas do Estado e da administração pública. O reflexo dessa influência pode ser visualizado no cenário do desenvolvimento mundial. Sua importância hoje, se deve não apenas ao volume de seus empréstimos e à abrangência de suas áreas de atuação, mas também ao caráter estratégico que vem desempenhando no processo de reestruturação neoliberal dos países em desenvolvimento, por meio de políticas de ajuste estrutural. (SOARES, 2007, p. 15).

1.1 A organização política do Banco Mundial

Embora o Banco tenha se empenhado cuidadosamente em criar uma reputação de neutralidade técnica, como uma instituição “apolítica”, alguns autores têm observado que seus projetos não refletem objetivos meramente “econômicos” (BORGES, 2003, p. 126).

Os Estados Unidos, sempre tiveram enorme peso na gestão do Banco Mundial, que, por sua vez, vem desempenhando importante papel como instrumento auxiliar do governo-americano na execução de sua política externa. Os estatutos do Banco Mundial estabelecem que a influência nas decisões e votações seja proporcional à participação no aporte capital, o que tem assegurado aos EUA a presidência do Banco desde a sua fundação e hegemonia absoluta entre as cinco nações líderes (EUA, Japão, Alemanha, França e Reino Unido) na definição de suas políticas e prioridade (SOARES, 2007, p. 16).

O início do Grupo Banco Mundial foi constituído na Conferência Monetária e Financeira das Nações Unidas, conhecida como Conferência de Bretton Woods, realizada em 1944 nos Estados Unidos, quando 44 países¹ se reuniram com o objetivo de traçar estratégias que pudessem colaborar para a reconstrução dos países europeus no pós Segunda Guerra Mundial (CRUZ, 2005, p.31).

¹ Atualmente o Grupo Banco Mundial é constituído por 181 países.

Visando à efetividade do desenvolvimento da economia, através de empréstimos concedidos em longo prazo. O Banco Mundial é composto atualmente por um conjunto de instituições lideradas pelo BIRD (Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento), que abrange quatro outras agências: a IDA (Associação Internacional de Desenvolvimento) a IFC (Corporação Financeira Internacional), a ICSID (Centro Internacional para Resolução de Disputas sobre Investimentos) e a MIGA (Agência de Garantia de Investimentos Multilaterais). Em 1992, o Banco Mundial assumiu ainda a administração do GEF (Fundo Mundial para o Meio Ambiente), aprovado pela Eco 92, como principal fundo para o gerenciamento do meio ambiente, tornando-se o principal gestor de recursos para o meio ambiente no âmbito global (SOARES, 2007, p. 16). No cenário do nascimento das agências que compõem o Banco Mundial, o BIRD foi à primeira instituição e a única que concedeu empréstimos para o Setor Educacional até a década de noventa (CRUZ, 2005, p.26).

Porém, atualmente o Banco Mundial difere de suas preocupações iniciais, visto que,

o Banco Mundial tem hoje muito pouco em comum a organização que foi criada em 1944 na Conferência de Bretton Woods. Esta teve sua fundação vinculada à do FMI, sendo ambas as instituições resultado da preocupação dos países centrais como o estabelecimento de uma nova ordem internacional no pós guerra [...] sob forte hegemonia norte-americana [...] Inicialmente, o interesse das nações líderes concentrava-se no FMI, cabendo ao Banco Mundial um papel secundário, voltado para ajuda à reconstrução das economias destruídas pela guerra e para a concessão de empréstimos de longo prazo para o setor privado (SOARES, 2007, p.17-18).

O Banco Mundial em sua origem exerceu um papel de reconstrutor das economias devastadas pela guerra e de credor para empresas do setor privado. Contudo, essa foi a sua função central apenas por um breve período. Com a emergência das tensões com a União Soviética e a escalada da Guerra Fria, a década de 1950 marcou uma reorientação das políticas do Banco na direção da incorporação dos países de Terceiro Mundo ao Bloco ocidental não comunista, por meio da criação de programas de assistência econômica e de empréstimos crescentes. (SILVA; AZZI; BOCK, 2005. p. 8).

O programa de assistência adotado na década de 1950 pelo Banco Mundial foi ampliado em 1968 por Roberto MacNamara, então Secretário da Defesa do EUA entre 1961 e 1968, ao assumir a presidência do Banco Mundial, inicia-se uma fase de preocupação com a pobreza, porém pautada na concepção de que o crescimento econômico garantiria automaticamente a melhoria da qualidade de vida dos indivíduos (CRUZ, 2005, p. 35).

No período da década de 1970 ao final de 1980 o sistema de teorias monetaristas neoliberais configura-se num primeiro período importante nas políticas do Banco Mundial, assim como, do Fundo Monetário Internacional (FMI).

Essas instituições responsabilizam-se pelo monitoramento do pagamento das dívidas externas, assumindo o papel estratégico na reestruturação econômica dos países em desenvolvimento, garantindo a implantação de políticas de reajuste econômico e defendendo os interesses dos grandes credores internacionais. Tal papel é explicitado na década de 80, quando o Banco Mundial passa a responsabilizar-se pelo fornecimento de aval para fontes de crédito internacional, através das condicionalidades, que vinculam os empréstimos e negociações à adequação das estruturas econômicas dos países devedores ao modelo liberal. (CRUZ, 2005, p. 32).

Devido essas condicionalidades aos países devedores ao Banco Mundial, para a concessão de novos empréstimos, na década de 1980, o Banco Mundial passou a intervir diretamente na formulação da política interna e a influenciar a própria legislação dos países. Desta forma, o Banco Mundial passou a exercer amplo controle sobre o conjunto das políticas domésticas, sendo peças-chave no processo de reestruturação desses países ao longo dos últimos quinze anos (SOARES, 2007, p. 21). Por esta via, ocorreu uma efetiva transferência do poder de planejar e definir as políticas de estabilização, de crescimento e de desenvolvimento socioeconômico do Estado para as instituições financeiras multilaterais (ARRUDA, 2007, p. 43).

1.2 A política do Banco Mundial na América Latina

Nitidamente houve uma influência política negativa exercida pelo Banco Mundial na América Latina. Dado que, nos anos 80, houve decréscimo nas transferências líquidas de recursos para a região, colocando a América Latina no centro da crise de endividamento. Assim, justamente quando essa região sofria a maior escassez de divisas desde o pós guerra, o BIRD não apenas reduziu o fluxo líquido de desembolsos na primeira metade da década, como a partir de 1986 passou a receber recursos líquidos da América Latina, como resultado do pagamento do serviço da dívida (SOARES, 2007, p. 24). Conseqüentemente, pode-se constatar que os países da América Latina passam por um longo período de transição marcado pela crise do modelo de industrialização. (CORAGGIO, 2007, p. 79).

Dado que,

de 1983 a 1992 – os credores receberam 500 bilhões de dólares apenas da América Latina. Apesar dessa transferência de recursos, a dívida externa da região nesse período aumentou de 360 bilhões para 450 bilhões de dólares e continua a se construir num sério obstáculo para o desenvolvimento dos países da região. Na realidade, a dívida só foi resolvida para os credores, já que o ajuste possibilitou que eles saneassem suas finanças e voltassem a se expandir (SOARES, 2007, p. 25).

No processo da modernização "proposta" pelos Estados Unidos — através dos organismos multilaterais manejados pela potência hegemônica — implica em transformar o continente num mercado cativo para as exportações americanas e num território de expansão para os seus capitais, concentrados, em geral, nas privatizações dos serviços de utilidade pública (TAVARES, FIORI, 1997, p.22).

No caso brasileiro, na década de 1980, percebe-se a luz da fundamentação de SOARES (2007), que o Banco Mundial executou uma influência negativa na sociedade brasileira, dado que, com a emergência da crise de endividamento, o BM e o FMI começaram a impor programas de estabilização e ajuste da economia brasileira. Não só passaram a intervir diretamente na formulação da política econômica interna, como a influenciar crescentemente a própria legislação brasileira.

Mesmo nos casos de ajuste alargados como bem-sucedidos – como México e na Argentina -, a pobreza continuou se alastrando e, em função exatamente desses programas, as economias nacionais tornaram-se extremamente vulneráveis. O México seguiu fielmente a cartilha de ajuste do BM. Cortou gastos públicos, promoveu um profundo processo de privatização, abriu sua economia às importações e ao capital estrangeiro, tendo como resultado um fluxo intenso de recursos externos e o retorno de taxas de crescimento positivas que apreciam confirmar o sucesso das políticas, apenas da intensificação da pobreza. Mas a vulnerabilidade do modelo se mostrou rapidamente com o crescimento acelerado dos déficits comerciais, a redução das reservas e a brusca fuga de capitais do país no final de 1994 (SOARES, 2007, p. 25).

1.3 O Banco Mundial no contexto brasileiro

O Banco Mundial concedeu ao Brasil em 1949 seu primeiro empréstimo, no valor de 75 milhões de dólares. Entre 1949 e 1954, foram financiados no país projetos no montante de 194 milhões de dólares – 14% dos empréstimos totais aprovados pelo Banco Mundial no período. Porém, no período governamental seguinte, necessariamente no governo de Vargas, nos anos de 1955 a 1957, assim como no de JK, nos anos de 1960 a 1964, e posteriormente com o governo de João Goulart, o Banco Mundial não concedeu empréstimos para o Brasil, dado a discordância política. Mas com a chegada do regime militar, o Banco Mundial voltou a atuar progressivamente no cenário brasileiro, com a concessão de novos empréstimos, nos anos de 1970 o Brasil se tornou o maior tomador de recursos do BIRD (SOARES, 2007, p. 31-32).

Percebe-se que o Banco Mundial, executou grande aproximação político-econômica com o Brasil, com exceção dos governos de Vargas, JK e João Goulart. Tal aproximação se solidificou especialmente com o início do regime militar. Tendo executado a política de distribuição setorial estabelecida pelo Banco, dado que,

entre 1947 e 1965, a totalidade dos empréstimos destinou-se aos setores de energia (92,5%) e transportes (7,5%), seguindo a tendência no período de financiamento prioritário ao setor de infraestrutura. No período 1966-1975, ocorre uma diversificação setorial, embora não apareça no Brasil financiamentos relevantes nos setores, que surgiram a partir da administração McNamara (apenas 1,6% dos empréstimos no período destinaram-se à educação e 3,0% a água e esgoto). Os setores de energia (32,6%) e transportes (33,0%)

continuam dominantes, seguidos pela indústria (19,7%), que recebe financiamento do Banco pela primeira vez. No período 1976-1983, a ênfase no setor agrícola se acentua e este passa a canalizar a maior parte dos empréstimos (22,1%), seguido pelos setores de energia (18, 7%), indústria (13,0%), transportes (12, 6%) e água e esgoto (13,1%), prosseguindo a tendência à maior diversificação setorial (SOARES, 2007, p. 32-33).

Com a chegada dos de 1980, o Brasil teve uma relação intricado com o Banco Mundial, dado “a crise de pagamentos sem precedentes após o fechamento do sistema financeiro privado de crédito” (MENEZES, 2008, p. 116).

Dos anos de 1987 a 1993 o Banco Mundial, fundou um agravamento da dívida externa do Brasil, mesmo com transferências líquidas superando aos 6 bilhões de dólares. Com o advento da década de 90 o Brasil, sobretudo, com ascendência do governo Collor, foi adotado uma série de propostas de viés liberal, contribuindo para a implementação de diversos programas de estabilização, corte de gastos públicos, abertura comercial, início de programas de privatizações e negociação da dívida externa, e, sobretudo, o abatimento as políticas públicas. (SOARES, 2007, p. 36).

Posteriormente à segunda metade dos anos 90, o governo Fernando Henrique, iniciou “uma segunda fase de reformas, que envolve essencialmente o aprofundamento das políticas de abertura comercial, desregulamentação e privatização iniciada nos anos 1980”. (SILVA, 2005, p. 9).

Na década de 90, ficou evidente o viés estratégico do Banco Mundial para efetivar uma reforma do Estado, com o objetivo de ajustar o papel do Estado a suas capacidades institucionais, revigorando o cenário das instituições públicas. Dado que, o Banco Mundial entende o fortalecimento das instituições via o reforço da provisão privada de serviços por meio de parcerias entre o setor público e privado. De forma que, países de instituições públicas fracas, estabeleçam um elo com instituições não governamentais e empresas privadas para o fornecimento de serviços institucionais (BORGES, 2003, p.128). Porém, esse viés estratégico adotado pelo Banco Mundial para a reforma do Estado, valida a provisão privada de serviços, podendo ser avaliado de forma extremamente contraproducente. Pois,

após cinqüenta anos de operação e empréstimos de mais de 250 bilhões de dólares, avaliação da performance do Banco Mundial é extremamente negativa. Esta financiou um tipo de desenvolvimento econômico desigual e perverso socialmente, que ampliou a pobreza mundial, concentrou renda, aprofundou a exclusão e destruiu o meio ambiente. Talvez a mais triste imagem desse fracasso seja a existência hoje de mais de 1,3 bilhão de pessoas vivendo em estado de pobreza absoluta. [...] Também no Brasil [...] durante o período de expansão da economia, que perdurou até o final dos anos 70, o Banco Mundial promoveu a “modernização” do campo e financiou um conjunto de grandes projetos industriais e de infra-estrutura no país, que contribuíram para o fortalecimento de um modelo de desenvolvimento concentrador de renda e danoso ao meio ambiente (SOARES, 2007, p. 17).

Desta forma, como bem mostra SOARES (2007), a influência política do Banco Mundial no decorrer histórico brasileiro e mundial, nos remete um entendimento do controle exercido pelo Banco através dos organismos mundiais de financiamentos, eminentemente negativo, dado que, foi implantando o fortalecimento da concentração de privatizações, levando até mesmo em certo período, o abatimento das políticas públicas, deixando exímio uma ideologia liberal, dirigida pelo maior credor do Banco Mundial, os Estados Unidos, este, exercendo uma hegemonia ideológica sob os países de Terceiro Mundo que necessitavam de empréstimos.

2 O BANCO MUNDIAL, POLÍTICA SOCIAL E EDUCACIONAL

A tentativa de entender a concepção de política social, na agenda do Banco Mundial, possibilita o cálculo da influência do Banco Mundial no cenário da educação. Dado que, durante anos a agenda do Banco Mundial se fundamentou em temas como liberalização, desregulamentação e estabilização, em especial na década de 1980 com programas de ajuste estrutural. Porém, na última década esse cenário mudou, dado as políticas do BM que voltaram para questões de construção e reforma institucional. Desta forma, a agenda política do Banco Mundial deslocou-se das reformas macroeconômicas *strictu sensu*, para reformas do Estado e da administração pública, objetivando promover a “boa governança” e fortalecer a sociedade civil, enfatizando grande prioridade à reestruturação dos serviços sociais, visando à equidade social (BORGES, 2003, p. 125).

2.1 A política social na agenda do Banco Mundial

A política social pode ser definida objetivamente de três formas principais: a primeira caracteriza a política social como continuidade ao procedimento de desenvolvimento humano, mesmo com a falência da industrialização e desenvolvimento econômico. Tendo como prioridade o investimento de recursos públicos na população, garantindo acesso a educação, saúde, alimentação, saneamento e habitação, assim como, garantir a melhoria da expectativa de vida e solidificar a equidade de oportunidades na esfera social. Porém, esta primeira política, promove a equidade através do empobrecimento dos setores médios urbanos, não afetando as camadas sociais de alta renda. A segunda definição para política social se concentra na compensação conjuntural, se focando na revolução tecnológica e econômica, isto é, na globalização. Sendo essa política social, complemento imprescindível para o ajuste estrutural, liberando forças ao mercado, visando à abolição dos serviços básicos garantidos pelo Estado. Mas quando essa política é entendida como intervenção conjuntural eficiente, acaba não sendo efetiva socialmente, pois temos o surgimento de uma política social ineficiente, fomentando um clientelismo político e a mercantilização da política. Já a terceira definição de política social se estabelece na instrumentalização da política econômica, sendo o “Cavalo de Tróia” do mercado, assim como, do setor de ajuste econômico mundial

da política e da solidariedade social. Pois, visa à reestruturação do governo, descentralizando-o ao mesmo tempo em que o reduz, deixando nas mãos da sociedade civil a alocação de recursos sem a mediação do Estado. (CORRAGIO, 2007, p. 77-78)

A tendência liberal é evidente na agenda das políticas sociais adotadas pelo Banco Mundial, dado que, o Estado ideal na visão do Banco é o liberal “neutro”, pois não estabelece previamente uma concepção de bem social, e permitem variável concepção de bem social, estabelecendo uma grande diferença entre o bem social, do certo e justo, assim sendo, no dinamismo liberal, o bom governo é aquele que promove um investimento privado (BORGES, 2003, p. 127). Na América Latina, o “bom governante” se estabelece através de uma agenda de

sanear as finanças públicas, privatizando toda atividade que possa se desenvolver como negócio privado, reduzindo o gasto social ao mínimo necessário para garantir o acesso dos setores mais pobres a pacotes de serviços básicos (água, saneamento, saúde e educação), aplicando a recuperação de custos pelos serviços a todos os usuários que possam pagar em dinheiro ou em trabalho; descentralizar o estado nacional, transferindo as responsabilidades sociais às instâncias de governo e às comunidades locais (CORRAGIO, 2007, p. 81).

O caráter capitalista liberal centralizado nas políticas do Banco Mundial pode ser compreendido de forma negativa, visto que, a função das políticas sociais, na agenda do Banco Mundial, é caracterizada pela expressão “pra todos”: saúde, água, saneamento e educação para todos. Mas não incluem empregos nem, portanto, renda para todos. O emprego e a renda poderiam sobrevir eventualmente da capitalização que os pobres fizessem do investimento em serviços sociais a eles dirigidos, tanto por razões de equidade quanto para promover o desenvolvimento, o Estado deve intervir para garantir que aqueles que não tenham renda para obter esses serviços no mercado (aqueles que estão abaixo das linhas de pobreza ou indigência) os recebam como serviço público. (CORAGGIO, 2007, p. 87 – 88). Porém, as políticas sociais do Banco Mundial podem ser compreendidas no viés neoliberal, pois,

o acesso dos indivíduos a elementos de satisfação de necessidades pessoais não incorporadas à relação direta do mercado capitalista, caracterizando-se como políticas sociais compensatórias, tendo por objetivo a manutenção e ampliação do modo de produção capitalista [...] Em nenhum momento, as causas estruturais da questão social são consideradas, não se apresenta uma discussão sobre o problema da distribuição de renda no país como um elemento gerador da miséria, assim como não se pressupõe um projeto para eliminar as desigualdades sociais, necessárias e intrínsecas ao modo de produção capitalista. (CRUZ, 2005, p. 38 - 39).

A visão de que as políticas sociais hospedadas pelo Banco Mundial não correspondem eficazmente aos serviços públicos ofertados, torna saliente que contrariamente aos seus objetivos, amarram o Estado a um assistencialismo de custos crescentes, não contribuindo efetivamente para modificar a vida e as expectativas da população (CORRAGIO, 2007, p. 91). Tendo desta forma, o Banco Mundial, uma influência política negativa na esfera da política social, devido uma agenda com forte tendência a produção capitalista, culminando-se numa crescente precarização das políticas sociais, colocando em vigência a concepção de Estado Mínimo, pois o governo estatal deixa de promover políticas sociais básicas, transferindo a responsabilidade para a população, visto que, o próprio Estado é incapaz de responder a todas as demandas sociais (CRUZ, 2005, p.40).

2.2 O Banco Mundial e o setor educacional

Após anos de políticas de ajustes estrutural no Terceiro Mundo, o Banco Mundial, visivelmente se tornou destaque no panorama educativo global, tomando tradicionalmente o espaço conferido a UNESCO (Organização das nações Unidas para a Educação, a Ciência e Cultura), sendo a agência das Nações Unidas especializadas em educação. (TORRES, 2007, p.125). Com as políticas de ajustes estruturais, houve uma nítida influência política do Banco Mundial no âmbito educacional, através do enfoque de financiamento destinado a educação.

O modelo econômico perpetuado na educação, adotado pela política do Banco Mundial, interfere universalmente nas políticas educacionais. Dado que,

em recente documento, o Banco reconhece que as políticas devem ser diferentes para cada país, de acordo com a etapa de desenvolvimento educacional e econômico e com o seu contexto histórico e político. Entretanto, [...] o Banco detém um saber certo sobre o que todos os governos devem fazer um pacote pronto para aplicar, com medidas associadas à reforma educativa universal. [...] De imediato, o Banco está determinado a induzir os sistemas de educação à descentralização. Aparentemente, espera-se da descentralização que em cada distrito ou estabelecimento sejam adotadas, com melhor conhecimento das condições locais, as combinações de insumos educativos mais eficientes; mas também se espera uma redução da capacidade dos interesses tradicionais (CORRAGIO, 2007, p. 100).

Na própria concepção do Banco Mundial, no cenário internacional, “o Banco é a maior fonte de assessoria em matéria de política educacional e de fundos externos para esse setor”. (TORRES, 2007, p.126). As propostas ideologicamente concernidas a pacote de medidas no setor educacional em países em desenvolvimento causam preocupação, razão pela qual, a ideologia política do Banco Mundial para a educação, estabelece além da privatização e descentralização, a minimização da gratuidade educacional, pois sempre que possível, deve cobrar pela educação de quem recebe, tendo, por exemplo, casos de empréstimos financeiros a estudantes em vez de bolsas de estudo (CORRAGIO, 2007, 104).

O viés político economicista adotado pelo Banco Mundial, no sistema educativo, iniciou em 1963, sendo concedido o primeiro empréstimo à Tunísia, na África, para a educação do segundo grau. Na década de 70, com a gestão de Robert Mcnamara, houve uma virada radical na política de investimento no setor educacional. Dado que, foi dada prioridade a educação de primeiro grau, como estratégia de reduzir a pobreza (TORRES, 2007, p. 128).

Devido o processo de interferência política do Banco Mundial no setor educacional, por meio de concessão empréstimos, o processo de reforma educacional se apresentou em destaque na agenda do Banco. Dado que, entre as décadas de 1970 e 1980, foram concedidos empréstimos a educação que chegaram à média de 4, 5, tendo na década de 1990, quase dobrado, atingindo 8,5% do total de empréstimos concedidos pelo Banco Mundial. (BORGES, 2003, p.130). Sendo notória a pauta de seis temas educativos na agenda do Banco Mundial desde 1980, segundo documento exposto pelo próprio Banco.

1. Um móvel incremento dos empréstimos para a educação [...]; 2. Importância crescente concedida à educação de primeiro grau e, mais recentemente, aos primeiros anos da educação secundária. Entre 1993-94, esses níveis representaram a metade dos empréstimos destinados à educação [...]; 3. Extensão do financiamento a todas as regiões do mundo. Enquanto nos primeiros anos o financiamento focalizou a África, o Sudeste Asiático e o Oriente Médio [...]; 4. Menor importância concedida às construções escolares. O item das construções escolares, pilar tradicional dos empréstimos do BM para o setor educativo, vem sendo desestimulado em favor de outros insumos (textos escolares, capacitação docente, tempo de instrução, avaliação da aprendizagem etc.)[...]; 5. Atenção específica à educação das meninas [...]; 6. Transição de um enfoque estreito de projeto para um amplo enfoque setorial (TORRES, 2007, p. 129).

A questão do aumento dos empréstimos para a educação, pós década de 80, citado no documento acima pelo Banco Mundial, tem uma concordância de BORGES (2003) e TORRES (2007). Assim como, na questão da interferência política do Banco, no setor educacional, através dos empréstimos concedidos a educação, dado que, BORGES (2003), afirma que houve ênfase do Banco Mundial na questão de construção e provisão de equipamentos, ao passo que os aspectos qualitativos da educação, isto é, a organização de currículos e formação dos professores foi tratada com menos ênfase. Nesse sentido, TORRES (2007), acrescenta que o tema docente, causa incomodo atualmente para o Banco Mundial, visto que este, manifesta

posições ambíguas, inconsistentes e inclusive contraditórias. Os professores costumam ser vistos principalmente como um sindicato, e sindicato magisterial lembra automaticamente reivindicação salarial, corporativismo, intransigência, greve, quando não simples corrupção e manobra política. Os professores (e seus sindicatos) são vistos como problema antes que recurso, “insumo” educativo necessário porém caro, complexo e difícil de lidar. Os mesmos professores, e não somente a sua formação costumam de fato ser vistos como um “beco sem saída”. [...] Dentro do tema docente, duas questões são particularmente embaraçosas: o salário e a formação/capacitação. Embora o BM tenha visões e propostas para esses dois assuntos, e também estudos que lhe permitem fundamentar a não prioridade do investimento nesses itens (2007, p. 160-161).

A partir do entendimento de BORGES (2003) e TORRES (2007), pode-se afirmar que não houve ênfase do Banco Mundial na organização de currículos e formação dos professores, assim como, o salário dos docentes também não recebeu

destaque na agenda do Banco Mundial. Desta forma, o Banco Mundial ostentou uma política de interferência no setor educacional fragmentária, pois não atendeu com predominância todas as bases da educação.

2.3 A reforma descentralizada dos serviços educacionais propostas pelo Banco Mundial

Para compreender a conjuntura do setor educacional é necessário investigarmos o papel da descentralização proposto pelo Banco Mundial para no âmbito da educação.

A política neoliberal adotada pelo Banco Mundial para o ajuste estrutural dos países de Terceiro Mundo efetiva um discurso economicista da Teoria do Capital Humano, evidenciando a relação de dependência da educação com o desenvolvimento econômico e social (CRUZ, 2003, p. 66). A atuação do Banco Mundial na conjuntura educacional apresenta uma concepção ideológica de reforma materializada nas instituições (LEHER, 2000, p.19). Visto que, as

reformas da organização e da administração dos serviços educacionais também se tornaram um foco de atenção ante a necessidade de dar conta dos custos sociais do ajuste econômico em um contexto de severas restrições orçamentárias na maioria dos países em desenvolvimento. Com base nas diretrizes mais gerais para a reforma do Estado, as políticas defendidas pelo Banco trazem um maior envolvimento do setor privado na provisão de serviços educacionais e a “minimização” da burocracia no setor. As reformas propostas envolvem a delegação de responsabilidades e recursos para os níveis locais e para a escola, a terceirização de serviços educacionais para ONGs e a introdução da escolha parental de serviços educacionais por meio de cupons financiados pelo Estado. Assim como muitas reformas da “nova administração pública” (BORGES, 2003, p.131).

No panorama da reforma do setor educacional, proposto pelo Banco Mundial, se tem prioridade dos aspectos financeiros e administrativos do Estado, assumindo grande importância o papel da descentralização (TORRES, 2007, p.135). “A descentralização eleva a capacidade distributiva das funções administrativas entre

os níveis de governo, aonde cada governo poderá desempenhar seu papel de gestão de uma determinada política” (ARRETCHE, 2002. p.29).

Contudo, mesmo com uma forte concepção de descentralização dos serviços do Estado, o Banco Mundial “aconselha os governos a manter centralizadas quatro funções para melhorar a qualidade da educação: a) fixar padrões; b) facilitar os insumos que influenciam o rendimento escolar; c) adotar estratégias flexíveis para a aquisição e uso de tais insumos; e d) monitorar o desempenho escolar” (TORRES, 2007, p. 135-136).

O relatório exposto pelo Banco Mundial em 1997 sobre o Estado, citado e comentado por BORGES (2003), defende a descentralização, argumentando que os governos locais podem adequar mais facilmente a oferta de serviços às preferências locais, o que varia de acordo com o município ou o distrito. O entendimento de uma reforma descentralizada de Estado é colocado em xeque por CRUZ (2007), através das concepções de Gentilli, pois, este, entende que

as propostas evidenciam que se procura descentralizar determinadas ações, particularmente aquelas referentes às responsabilidades financeiras com a manutenção das escolas e a gestão, tendo em vista a municipalização. A descentralização proposta caracteriza-se mais como uma desconcentração, visto que o governo federal deve centralizar as grandes diretrizes educacionais, a elaboração do currículo, a política de avaliação e de formação de educadores, ficando as demais esferas do sistema apenas com a execução das ações dentro de parâmetros previamente definidos (CRUZ, 2003, p.67).

Caracterizando a questão da diferença do aspecto de descentralizar e desconcentração executando pela política de reforma do Banco Mundial, se evidencia a concepção de Juan Casassus, em CRUZ (2003), sendo esta, imprescindível para o entendimento de tal questão, dado que,

as propostas de desconcentração refletem “processos cujo objetivo é assegurar a eficiência do poder central”, enquanto a descentralização “é um processo que visa assegurar o poder local”. Assim, ao analisar as diferentes experiências de descentralização em curso na América Latina, indica que, com raras exceções, praticamente todas refletem processos de desconcentração [...] A desconcentração é um movimento de cima para baixo, enquanto a descentralização é de baixo para cima. A análise mostra-se pertinente, visto que, em geral,

as propostas para a gestão educacional desenvolvidas no decorrer da década de 90 foram motivadas pelo poder central, normalmente sem um processo de consulta às demais esferas do sistema (CRUZ, 2003, p.67).

3. A ATUAÇÃO DO BANCO MUNDIAL NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA

O Banco Mundial atua notavelmente na conjuntura da educação, executando crescente influência sobre a definição das políticas educativas nos países em desenvolvimento (TOMMASI, 2007, p. 195). Tendo a “cooperação técnica e financeira do Banco Mundial (BIRD) iniciado sua atuação no setor social brasileiro na primeira metade da década de 70. O processo de cooperação do Banco incluiu a assessoria aos órgãos centrais de decisão, em áreas de política, planejamento e gestão, assim como desenvolvimento de projetos setoriais específicos” (FONSECA, 2007, p.229). A questão da lógica econômica impera em todos os organismos do Banco Mundial, dado a especificidade do Banco em fornecer empréstimos a diversos setores sociais, inclusive o setor educacional brasileiro, pois “os empréstimos ao setor social cresceram significativamente nas últimas décadas e, em particular, foram incrementados nos últimos anos os empréstimos para o setor educacional dando-se prioridade [...] à educação primária” (TOMMASI, 2007, p.197). “Dada à forte ascendência dessa instituição no Brasil, o conhecimento de suas propostas e influências no setor educativo são de fundamental importância” (ALTMANN, 2002, p.77).

3.1 A política de financiamento do Banco Mundial e a Educação Brasileira.

Com o advento da década de 1970, os projetos do BIRD começam a privilegiar o setor social, inclusive o educacional, ao fundamentar a concessão de créditos para a educação, o Banco Mundial produziu documentos setoriais em 1971, 1974, 1980 e 1990, sendo em tais documentos salientado os princípios e diretrizes, assim como, as prioridades educativas emanadas do projeto do próprio Banco, para a efetivação do financiamento da educação. No documento de 1971, o financiamento foi efetuado segundo a modalidade de “crédito de investimento”, sendo a participação do Banco Mundial limitada às condições de financiamento, assim como, a supervisão do cumprimento das ações pelas instituições locais e avaliação do impacto dos benefícios econômicos e social. Porém, a execução do projeto foi marcada por uma dificuldade eminente, dada o efeito da inflação e das oscilações do câmbio, e, sobretudo, por não compatibilidade entre as exigências internacionais e as condições econômicas do Brasil. Entre o período de 1974 a

1979, com a execução do projeto pelo BIRD, se tendeu à prestação de cooperação técnica a Educação do Nordeste, priorizando a implantação da reforma educativa, ademais, a construção de mais de quarenta locais de ensino profissionalizantes. Contudo, o projeto também não obteve resultados satisfatórios, dado que, surgiram dificuldades institucionais, como mudanças na legislação educacional em 1975, causando descontinuidade da política educacional, devido retroceder ao modelo de 1971 (FONSECA, 2007, p. 231-238).

Na década de 1980, o Banco Mundial iniciou grande ênfase a um novo projeto de financiamento educacional, tendo este, priorizado o nível fundamental, porém, o Banco se baseou em diretrizes políticas internas, tendo desenvolvido um projeto nos Estados do Nordeste, objetivando a promoção da qualidade e o acesso ao ensino primário em municípios rurais da região. Em 1984 a 1992, outro crédito foi destinado à educação fornecido através de financiamento do BIRD, priorizando a educação inicial das regiões Norte e Centro-Oeste. Entretanto, o projeto foi marcado severamente por dificuldade de ordem econômica e institucional. (FONSECA, 2007, p.239-242).

O financiamento concedido a educação brasileira, pelo organismo do Banco Mundial, o BIRD, notavelmente não conseguiu efetivar de forma totalizante uma educação efetiva enquanto acesso a todos, e muito menos uma elevação da qualidade do ensino brasileiro, nos períodos citados acima e nem mesmo na década atual. O resultado da influência política do Banco Mundial na educação brasileira via interferência econômica, não é satisfatória, dado que,

os projetos que o Banco está financiando no Brasil contemplam medidas relativas ao fornecimento de livros didáticos, aumento do tempo de instrução, capacitação dos professores, reestruturação da gestão e fortalecimento dos sistemas de avaliação e informação. Não incluem, entretanto, medidas que visem a influir sobre a motivação dos professores e o aumento das oportunidades profissionais. (TOMMASI, 2007, p. 200).

A interferência política do Banco Mundial, executada pelo BIRD, na educação brasileira, na decorrência dos anos 70 a 90 casou sobrecarga técnica e financeira,

dado que, o Brasil investiu quantia maior do que o crédito externo, acarretando dívidas pesadas para o setor educacional brasileiro (FONSECA, 2007, p. 244).

3.2 A educação brasileira implementada por um Estado a serviço do Banco Mundial

A eminente influência política do Banco Mundial executada na política macroeconômica brasileira floresceu em diversos setores sociais desde o primeiro empréstimo concedido ao Brasil em 1949. Em decorrência dos vários empréstimos direcionados aos setores sociais durante décadas, até a nossa atualidade, a educação também acabou recebendo forte atuação do Banco Mundial. Porém, o resultado da influência do Banco Mundial no sistema educacional brasileiro estabeleceu a implementação de políticas de diminuição do papel do Estado, promovendo a desresponsabilização do Estado com a escola (CRUZ, 2005, p. 44). Dado que, o

Estado no Brasil tornou-se o promotor da privatização no campo social e educacional, enfraquecendo as instituições sociais, e algumas vezes se sobrepondo ao Congresso Nacional. Ao mesmo tempo, aperfeiçoa novas formas de clientelismo, especialmente nas relações com as entidades privadas na esfera educacional: fundações, institutos de ensino, empresários de equipamentos e informática, editoras, empreiteiras, empresas de propaganda oficial e empresas do setor de alimentação escolar. Portanto, a natureza do processo privatizador excludente não está fora do Estado, senão dentro de sua própria estrutura e nos acordos pactuados com as forças econômicas, político partidárias que o constituem historicamente. (SILVA, 2005, p.260).

No entendimento de KRUPPA (0000), visivelmente o cenário do sistema educacional brasileiro se encontra em crise eminente, visto a “diminuição do papel do Estado com a escola”. Dado que, a estrutura de atendimento da educação brasileira é formada a luz da concepção educacional do próprio Banco Mundial. Pois o Banco estabelece que a educação infantil deva possibilitar o cuidado e saúde sem discriminação de classe social. A educação básica, na seção primária, deve ser estendida a toda população, sendo considerada obrigatória no processo educacional. Assim como, a secundária, isto é, o ensino médio, deve assegurar

bolsas aos que desejarem a continuidade dos estudos. Já a educação superior deve haver atuação do setor privado com fundos de bolsas de estudos para aqueles que não detêm de renda suficiente para arcar com o custeio dos estudos. Quanto à educação de jovem e adulto o Banco não sistematizou qualquer documento a âmbito de América Latina até nos anos 90.

A crise no sistema educacional brasileiro afeta desde a educação infantil até a superior, se fazendo mais aguda o colapso educacional em determinados Estados, caso dos Estados do Nordeste. Pois, nitidamente no Brasil, não se tem uma gestão educacional que universalize o acesso e qualidade educacional de uma mesma maneira em todos os Estados. Dado que, o próprio Banco entende que

o Brasil adota um modelo de gestão educacional muito complexo e mal definido, permitindo a existência de funções superpostas e a falta de coordenação entre os diferentes níveis de governos, o que ocasiona uma gestão ineficiente. Aponta ainda que a educação brasileira é caracterizada por diferenças extremas na qualidade educacional em regiões, estados e municípios, problema atribuído à falha do Ministério em estabelecer normas nacionais para apoiar a redistribuição dos gastos educacionais de forma a ajudar estados e municípios de níveis de renda diferentes a atingirem um padrão de qualidade mínimo (CRUZ, 2005, p. 73).

Percebe-se que há uma ótica negativa do Banco Mundial sobre a educação brasileira, pois entende o sistema educacional brasileiro detentor de gestões ineficiente devido falha na redistribuição de verbas. Entretanto, não somente a gestão educacional brasileira é ineficiente e causadora de um grande caos no sistema educacional, mas a própria dependência do Banco já eleva a possibilidade de crise no sistema educacional, dado que,

a educação do país não pode ficar na dependência de recursos provenientes da assinatura de acordos e projetos externos. Esses são temporários, estão mergulhados nos trâmites da burocracia, sujeitos aos jogos de interesses econômicos, políticos e dos acionistas das empresas de educação. Uma política nacional de educação demanda ações consistentes, coesas e contínuas e a integração com as demais políticas sociais. Exige dos governos firmeza e prudência ao definir a dotação orçamentária e zelo durante sua implementação, fiscalização e reavaliação. Exige que a sociedade civil participe e

decida, e que tenha acesso aos mecanismos de controle sobre as ações do próprio Estado (SILVA, 2005, p. 261).

A forte influência executada pelo Banco Mundial no sistema educacional brasileiro nos remete a entender que o Estado está a serviço do Banco, pois este, implementa suas ideologias na educação brasileira como condição de financiamento, cabendo o Estado somente a execução ideológica do Banco. Porém, a finalidade do Estado deve ir à outra direção, sendo eminentemente necessário

desprivatizar o Estado brasileiro. É preciso disponibilizar à população os instrumentos de controle social sobre as ações do Estado. Um dos papéis do Estado é intervir para amenizar tantas desigualdades e zelar pelo bem comum público. Sua necessidade está não em servir aos homens de negócios, mas em servir aos homens e mulheres comuns nesta sociedade de classe e pluri-étnica. E, finalmente, a reconfiguração do Estado não pode significar a exclusão de direitos nem o comprometimento da democracia (SILVA, 2005, p. 262).

O mais impressionante que a relação do Banco Mundial com o sistema educacional nem sempre é de conhecimento da sociedade civil, dado que, “qualquer proposta de democratização dos projetos do Banco Mundial esbarra em sua estrutura antidemocrática, sem transparência, ou na impossibilidade de participação da sociedade” (CRUZ, 2003, p. 60).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esse trabalho teve como objetivo central, apresentar as linhas de atuação do Banco Mundial no setor educacional, demonstrando sua eminente influência política no projeto educacional brasileiro.

As diversas relações econômicas internacionais adotadas pelo Brasil, desde seu primeiro empréstimo efetuado ao Banco Mundial em 1949, fundou-se certa vulnerabilidade externa do país. Dado que, na década de 1970 o Banco Mundial através dos empréstimos concedidos ao Brasil, passou a atuar intensamente no projeto educacional brasileiro com uma política vertical, “de cima para baixo”, de base neoliberal. O resultado dessa atuação, não conseguiu ser satisfatória no cenário educacional, pois através da influência política do Banco Mundial no âmbito brasileiro, se implementou políticas que acarretaram na diminuição do papel do Estado, causando negligência do Estado com a escola. Visto que, através da agenda política do Banco Mundial, o Estado brasileiro promoveu privatizações no campo social e educacional.

A perspectiva economicista do Banco Mundial se efetivou ideologicamente através de condicionalidades de empréstimos aos países de Terceiro Mundo, perpetuando, desta forma, uma educação brasileira sob bases de condicionalidades do Banco Mundial. Dado a isto, não se efetivou um projeto educacional brasileiro consistente, além de uma concepção ideológica do Banco Mundial.

A luz do pensamento de SOARES (2007), finalizamos enfatizando o impacto do Banco Mundial no cenário das políticas públicas brasileiras. Pois, o Banco Mundial além de formular condicionalidades que estabelecem reformas de políticas públicas, gerencia a administração pública brasileira. Culminando-se numa atuação extremamente negativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTMANN, H. 2002. Influências do Banco Mundial no projeto educacional brasileiro. *Revista Educação e Pesquisa*, São Paulo, v.28, n.1, p.77-89.
- ARRETCHE, M. 2002. Relações federativas nas políticas sociais. *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 23, n. 80, p. 25-48.
- ARRUDA, M. 2007. ONGs e O Banco Mundial: é possível colaborar criticamente? In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S. (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez.
- AZEVEDO, J. M. L. 2001. O Estado, a política e a regulação do setor educacional no Brasil: uma abordagem histórica In: *Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos*. FERREIRA, N. S. C.; AGUIAR, M. A. S. (orgs.). 2 ed. São Paulo: Cortez.
- BORGES, A. 2003. *Governança e Política Educacional: a agenda recente do Banco Mundial*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v18n52/18069.pdf>. Acesso em: 27/11/2012.
- CORAGGIO, J. L. 2007. Propostas do Banco Mundial para a educação: sentido oculto ou problemas de concepção? In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S. (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez.
- CRUZ, R. E. d. 2003. Banco Mundial e política educacional: cooperação ou expansão dos interesses do capital internacional? *Revista Educar*, Curitiba, UFPR, p. 51-75.
- _____, Banco Mundial e Política Educacional: o Projeto Nordeste para a Educação Básica e seus desdobramentos no Piauí.
- FONSECA, M. 2007. O financiamento do Banco Mundial à educação brasileira: vinte anos de cooperação internacional. In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*, TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S. (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez.
- KRUPPA,
- MENEZES, H. 2008. *A crise do desenvolvimento brasileiro: dívida externa, condicionalidades e as relações com o fundo monetário internacional e o Banco Mundial (1974-1987)*. Campinas. Dissertações de Mestrado em Relações Internacionais. Unicamp.
- SILVA, M. A. d. 2005. O Consenso de Washington e a Privatização na Educação Brasileira. *Linhas Críticas*. Brasília, vol. 11, n.21, p. 255-264.
- SILVA, C. C.; AZZI, D.; BOCK. (orgs.) *Banco Mundial em foco: um ensaio sobre a sua atuação na educação brasileira e na da América Latina*. Disponível em: <http://www.acaoeducativa.org/observatorio>. Acesso em: 27/11/2012.

SOARES, M. C. C. 2007. Banco Mundial: políticas e reformas In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S. (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez.

TAVARES, M. d. C.; FIORI, J. L. 1997. A contra revolução liberal conservadora e a tradição latino-americana. In: *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes.

TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S (orgs.). (2007) *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. 5 ed. São Paulo: Cortez.

TOMMASI, L. 2007. Financiamentos do Banco Mundial no setor educacional brasileiro: os projetos em fase de implementação. In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S. (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez.

TORRES, R. M. 2007. Melhorar a qualidade da educação básica? As estratégias do Banco Mundial. In: *O Banco Mundial e as políticas educacionais*. TOMMASI, L.; WARDE, M.; HADADD, S. (orgs.). 5 ed. São Paulo: Cortez.